

Passado e Presente do Dia 1º de Maio

Past and Present of the Labour Day

Antonio Federico Werner*

Com a proximidade de mais um Dia Internacional do Trabalho, pareceu-me oportuno oferecer aos leitores da Revista Brasileira de Medicina do Trabalho um registro histórico e, ao mesmo tempo, uma homenagem àqueles que, sem saber, motivaram a escolha do dia 1º de maio como o Dia dos Trabalhadores de todo o mundo. É feita, também, uma pequena análise histórica da maneira pela qual a sociedade argentina vem modificando essa comemoração, até transformá-la, na maioria das vezes, em mais um apazível feriado, sem maior relevância.

AS ORIGENS

Em meados do século XIX, começou a tomar forma nos trabalhadores, nos dirigentes operários e nos líderes políticos comprometidos com as novas idéias progressistas, a conquista da jornada de trabalho de oito horas, que deveria substituir as habituais 10, 12 e até 14 horas da época. Em 1810, o humanista e socialista utópico inglês Robert Owen havia instaurado a jornada de 10 horas em sua própria empresa e, em 1847, essa mesma duração da jornada de trabalho tornou-se o limite para as jornadas de crianças e mulheres. Nos Estados Unidos, em 1835, os trabalhadores de Filadélfia, liderados por mineiros irlandeses, organizaram com êxito uma greve geral reivindicando a jornada de 10 horas.

Em 1864, a Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como Primeira Internacional Socialista e liderada por Karl Marx, exigiu a jornada de trabalho de oito horas. Em maio de 1869, o presi-

dente Ulisses Grant decretou a jornada de oito horas para os funcionários públicos federais dos Estados Unidos. Em 1884, a Federação dos Sindicatos Organizados dos Estados Unidos e Canadá decidiu que a partir de 1º de maio de 1886 teria início uma greve geral pela jornada de oito horas, diante do fracasso das negociações com as autoridades e dirigentes dos partidos políticos, sob o lema pelas “oito horas para trabalhar, oito horas para descansar e oito horas para o lazer”. Possivelmente, essa data foi escolhida por ser o 1º de maio a data do início do ano fiscal na América do Norte, quando se torna necessária uma grande contratação de mão-de-obra. Alguns sindicatos iam conquistando essa reivindicação nos meses que antecederam a declaração da greve geral, mas seria em Chicago, uma das cidades mais industrializadas naquela época, que a luta se tornaria mais árdua.

A reação foi dura, como se pode comprovar pelas publicações conservadoras. O *State Registrar de Illinois* expressava que a luta pelas oito horas “é uma das maiores estupidezes que haviam sido propostas quanto à questão trabalhista” e, para o *New York Times*, “as greves pelo cumprimento da jornada de oito horas podem paralisar a indústria, desaquecer o comércio e atrasar a prosperidade da nação.” Ainda mais longe iria o *Tribune*, ao opinar que “a redução da jornada de trabalho irá significar que os trabalhadores terão mais tempo para dedicar à bebida” e “se querem menos horas, terão que ser mais eficientes para produzir o mesmo tanto que agora”.

Chicago reunia significativa população de trabalhadores industriais, com grande incorporação de imigrantes europeus que viviam em condições pau-

Editor Científico da revista Salud Ocupacional (Buenos Aires). Membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Medicina do Trabalho. Tradução do espanhol, autorizada pelo Autor.

pérrimas e eram duramente explorados, trabalhando de 14 a 16 horas diárias. A metade da população de Chicago em 1850 era de estrangeiros, composição igual à de Buenos Aires em 1910, em pleno auge da corrente imigratória européia. Note-se que foi precisamente em Chicago, nessa época, que a renomada médica do trabalho Alice Hamilton¹ começou a desenvolver sua infatigável tarefa de pesquisa e atenção aos portadores de doenças profissionais, em especial o saturnismo, nas populações de trabalhadores imigrantes, principalmente poloneses.

A situação social era explosiva e, como prova do alto grau de conflito, o *Chicago Tribune* afirmava que “a prisão e os trabalhos forçados são a única solução para a questão social”. Assim como em Buenos Aires a onda imigratória traria os anarquistas e socialistas de origem italiana, em Chicago havia chegado um grupo destacado de anarquistas alemães, especialistas em tipografia, impressão e jornalismo, com grande preparo intelectual e espírito combativo.

Durante os meses anteriores, ambas as forças estavam se preparando para o inevitável confronto, alentadas pelas associações de anarquistas e organizações sindicais, por um lado, e pela imprensa e líderes empresariais, pelo outro. As forças policiais e a Guarda Nacional haviam recebido instrução especial antimotins, assim como novas armas e equipamentos financiados pelas ligas comerciais. Em 1º de maio de 1886, o dirigente socialista moderado Albert Parsons, que liderava uma organização de trabalhadores denominada “Os Cavaleiros do Trabalho de Chicago”, integrada por nada menos que 700.000 trabalhadores, agrupou 80.000 pessoas às quais se uniram cerca de 350.000 em poucos dias. A princípio, os anarquistas não quiseram participar, por considerarem as medidas pouco combativas. Quando, porém, notaram que a greve havia alcançado caráter nacional, o jornalista alemão August Spies, diretor de um jornal anarquista, o *Arbeiter Zeitung*, discursou em três de maio para uma multidão de milhares de trabalhadores que logo começaram a protestar em frente à fábrica de maquinaria agrícola McCormick Harvest, a qual havia contratado fura-greves para substituir os trabalhadores grevistas. A polícia chegou rapidamente e abriu fogo contra os manifestantes, deixando saldo de cinco mortos e 50 feridos. Como protesto pela repressão, Spies convocou de imediato uma reunião para a noite do dia seguinte, que o prefeito autorizou ser realizada na praça do mercado de feijo, o *Haymarket*. Diante de 2.500 pessoas falaram Spies, Fielden e Parsons. O chefe de polícia, Major Harrison, retirou-se ao comprovar que a reunião se desenvolvia pacificamente. Ficou, então, o policiamento a cargo do Capitão Bonfield que, desobedecendo as ordens

expressas de Harrison, ordenou a atirar nas pessoas que iam se retirando. Alguém, que nunca se conseguiu identificar, arremessou uma bomba, matando dois agentes da Polícia. Começou o tiroteio, tendo como consequência vários mortos e feridos, em ambos os lados.

Logo se declarou o Estado de Sítio e todo o grupo do *Arbeiter Zeitung* foi detido – Spies, Fielden, Neebe, Schwab, Fischer, Lingg e Engel. Parsons, primeiramente escondido na casa de um amigo, apresentou-se espontaneamente à Corte estatal, no dia do início do julgamento, para assumir a mesma sorte dos companheiros.

OS MÁRTIRES DE CHICAGO

O governo local moveu-se com presteza; o Grande Jurado, encarregado de julgar os detidos, foi convocado para 15 de maio. E, diante da incapacidade de se identificar o autor do atentado à bomba, foram os detidos acusados de “más influências” para, depois, finalmente, serem acusados de conspiração para assassinato. Um Comitê de Defesa foi formado sob o comando do médico socialista Ernst Schmidt, que contratou advogados de prestígio. Porém, eles pouco puderam fazer diante do que foi considerado um verdadeiro “linchamento legal” e que passou a ser considerado um exemplo característico de violação do Estado de Direito. O Juiz Joseph Gary era conhecido por sua posição contra os trabalhadores e os membros eleitos para integrar o Júri eram todos comerciantes, industriais e empregados qualificados. O Promotor Público pediu diretamente ao Júri: “castiguem estes homens, fazendo deles um exemplo, enforcem-nos e salvem nossas instituições”. Não se pôde chegar a qualquer prova contundente da participação dos acusados e mesmo assim um dos jurados, quando se argumentou sobre a inocência dos condenados, respondeu: “Mesmo assim, nós os enforcaremos, pois são homens demasiadamente dedicados, inteligentes e perigosos para os nossos privilégios.”

Finalmente, sete dos acusados foram sentenciados à morte e outro, Oscar Neebe, a 15 anos de prisão. A defesa apelou e conseguiu adiar a sentença, mas a Corte Suprema confirmou-a, determinando o enforcamento dos sete acusados para 11 de novembro de 1887. O caso provocou um escândalo internacional, porém de nada valeram os pedidos de clemência de escritores, políticos e diversas personalidades, entre elas George Bernard Shaw e William Morris. Na Alemanha, o Primeiro Ministro Bismarck proibiu expressamente qualquer manifestação de apoio, alarmado pela dimensão que a mobilização dos trabalhadores poderia

alcançar. Restava somente a esperança da comutação da pena de morte por clemência do Governador do Estado, contudo, para ele, seria necessário que ela fosse solicitada pelos condenados. E apenas o fizeram Samuel Fielden (inglês, 39 anos, pastor metodista e operário têxtil) e Michael Schwab (alemão, 33 anos, tipógrafo), pelos quais o Governador Oglesby comutou a sentença para prisão perpétua. Os demais não aceitaram pedir clemência por um crime que não haviam cometido. Parson invocava: *“Dai-me a liberdade ou dai-me a morte.”*

O caso de Louis Lingg (alemão, 22 anos, carpinteiro) é uma prova a mais das irregularidades do julgamento. Devido à sua conduta imprevisível e errática, a defesa solicitou que fosse examinado por uma junta médica a fim de classificá-lo como insano mental. O perito convocado, Dr. James Kiernan, um renomado psiquiatra, diagnosticou Lingg como portador de uma grave doença mental, definindo seu estado como paranóia resultante de um defeito congênito. Se fosse aceito esse relatório, devia-se suspender sua execução, porém, ao contrário, o promotor e o juiz o arquivaram rapidamente. Um dia antes da data da execução da sentença, confirmando sua instabilidade psíquica, Lingg se suicidou em sua cela, explodindo sua cabeça com um cartucho de dinamite inserido em sua boca, apesar de nunca se imaginar quem poderia ter colocado a dinamite ao seu alcance.

August Spies (alemão, 31 anos, jornalista), Albert Parsons (americano, 39 anos, jornalista), Adolph Fischer (alemão, 30 anos, jornalista) e George Engel (alemão, 50 anos, tipógrafo) foram enforcados na sexta-feira, dia 11 de novembro de 1887.

José Martí, o grande poeta, literato, herói e mártir da luta pela independência cubana, presenciou a execução dos condenados de *Haymarket*, na função de correspondente do diário *La Nación*, de Buenos Aires, tendo seu relato se tornado um texto clássico do jornalismo testemunhal:

“ (...) saem de suas celas. De mãos dadas, sorriem. A sentença é lida, suas mãos são então contidas atrás das costas por algemas prateadas, os braços presos ao corpo por uma faixa de couro e lhes colocam uma mortalha branca como a túnica dos catecúmenos cristãos... abaixo, os espectadores sentados em fileira de assentos diante do cadafalso como se fosse um teatro... súplica é o semblante de Spies, firmeza é o de Fischer, orgulho, o de Parsons, Engel faz uma graça a propósito de seu capuz, Spies grita que a voz que irão sufocar será mais poderosa no futuro que todas as palavras que poderiam ser ditas agora... são encapuzados... logo um sinal, um barulho, o piso cede, os quatro corpos se penduram e balançam

em uma dança espantosa...”

Os cadáveres foram entregues a seus familiares, os quais, acompanhados por um séquito de dezenas de milhares de pessoas, os enterraram juntos no Cemitério Alemão de Chicago.

Em 1893, foi erigido um monumento nesse cemitério, com recursos conseguidos pela viúva de Parsons. Feito em granito, tem uma escultura em bronze que representa a Justiça colocando uma coroa de louros na cabeça de um trabalhador morto. Seu escultor, Albert Weinert, inspirou-se em uma versão francesa da Marselhesa, hino que foi entoado pelos condenados diante da força. Nas inscrições, as últimas e proféticas palavras de Albert Spies, ao enfrentar o cadafalso: *“Chegará a hora em que nosso silêncio de hoje será muito mais eloqüente que as vozes que hoje vocês estrangulam.”* Recentemente, em 1997, esse monumento foi declarado monumento histórico nacional dos Estados Unidos.

JOHN PETER ALTGELD, UM EXEMPLO DE INTEGRIDADE

John Altgeld chegou a ser Governador do Estado de Illinois, depois de uma vida repleta de desventuras: imigrante alemão, soldado da União na Guerra da Secessão, professor, advogado, promotor público e homem de certa fortuna. Político hábil e ambicioso, ele conseguiu que o Partido Democrata conquistasse o governo de seu estado após 40 anos de luta. Altgeld sempre condenou a farsa do julgamento de Haymarket e, ao chegar ao poder, em 1893, não hesitou em comutar as condenações de Fielden, Schwab e Neebe, sabendo que isso poderia ser seu próprio suicídio político. Quando o então Secretário de Estado o advertiu seriamente de que sua atitude iria enfrentar todo o Partido Democrata, Altgeld respondeu que *“nenhum homem tem o direito de permitir que sua ambição impeça a concretização de um simples ato de justiça.”* Não se limitou a liberar os presos; também exigiu a revisão do julgamento e a denunciar os erros cometidos, a fim de se declarar inocentes os oito acusados. Como o previsto, foi duramente atacado. O diário *Tribune* chegou a dizer que *“o governador age dessa forma por não ter sequer uma gota de sangue americano em suas veias e não pensa nem se sente como um americano.”* Quando, como era de se esperar, perdeu o posto de Governador para os Republicanos, não houve nem mesmo despedida. Uma ilustração da época mostra um perverso Juíz Altgeld libertando três cachorros furiosos – a Morte, o Anarquismo e o Socialismo

– que irão atacar uma indefesa e aterrorizada mãe com seus filhos. Ao fundo se aprecia a estátua erigida em homenagem aos policiais mortos nos incidentes de Haymarket. Essa estátua, erguida no mesmo lugar dos tristes acontecimentos, que representa um policial da época com uma mão levantada, pedindo paz, foi objeto permanente de ataques de vandalismo, incluindo ataques com bombas, em duas ocasiões, a última durante uma manifestação contra a guerra do Vietnã. Para resguardá-la foi finalmente levada para dentro da escola de polícia da cidade.

DUAS HISTÓRIAS DE AMOR NA PRISÃO

Nina Van Zandt, uma jovem de 24 anos que assistiu o juízo dos condenados de Haymarket, filha de um homem de negócios de Chicago, sentiu-se deslumbrada pela personalidade de August Spies, o qual era considerado muito inteligente e atraente, totalmente oposto ao perfil do anarquista que joga bombas, que eram assim representados pelos jornais da época. Visitou-o assiduamente na prisão, ajudou-o a escrever sua autobiografia, que logo publicou, e acabou se apaixonando pelo condenado. Quando decidiram se casar, o prefeito da prisão não permitiu a cerimônia, o que os levou a se casarem apenas por meio legal, em 29 de janeiro de 1887. O jornal *Chicago Tribune* referiu-se a Spies como “um libertino inescrupuloso que queria satisfazer seus instintos animais”, no entanto, as pessoas se perguntavam como faria para satisfazê-los se só podiam se tocar com as pontas dos dedos através das grades fechadas, que nunca puderam atravessar.

Albert Parsons escreveu em sua última noite de vida a seguinte carta a seus filhos (sic):

“Enquanto lhes escrevo estas palavras, borro vossos nomes com minhas lágrimas. Nunca mais voltaremos a nos ver. Queridos filhos: papai os ama profundamente. Demonstramos nosso amor vivendo para aqueles que amamos, porém também damos provas de nosso amor morrendo por eles, se for necessário. Por meio de outras pessoas saberão de minha vida e das causas de minha morte cruel e antinatural. Vosso pai oferece sua própria vida como um auto-sacrifício no altar da Liberdade e da Felicidade. A vocês deixo o legado de um homem honesto. Cuidem dele, imitem-no. Sejam autênticos consigo mesmos, para não serem falsos com os demais. Sejam aplicados, sóbrios e alegres. Vossa mãe é a mais nobre das mulheres. Deveis amá-la, honrá-la e obedecê-la. Meus filhos, meus preciosos filhos: peço-lhes que leiam esta

mensagem de despedida em cada aniversário de minha morte, em lembrança de quem não morreu somente por vocês, mas por todas as crianças que ainda não nasceram. Os abençôo, meus queridos, para sempre. Vosso pai”.

O 1º. DE MAIO NO MUNDO

Em julho de 1889, durante o Primeiro Congresso da Segunda Internacional Socialista, celebrado em Paris, 400 delegados decidiram declarar o 1º de maio como o “Dia internacional do Trabalhador”, em recordação e homenagem aos mártires de Chicago. A celebração se difundiu rapidamente, naturalmente primeiro nos países socialistas, apesar da ditadura de Stalin. Em Moscou, a festa dos trabalhadores era comemorada com desfile militar. Notavelmente, o próprio Hitler o respeitou e, a partir de 1º de maio de 1933, denominou-o Dia Nacional dos Trabalhadores Alemães, porém, casualmente, no dia seguinte, dois de maio do mesmo ano, dissolveu todos os sindicatos livres da Alemanha. Mussolini, por sua vez, considerou o 1º de maio uma “data subversiva” e trocou a festa dos trabalhadores, fazendo-a coincidir com a comemoração da fundação de Roma, vinculação nunca entendida pelos trabalhadores italianos. Em 1954, a Igreja Católica, tendo Pio XII como Papa, associou-se ao dia dos trabalhadores, declarando a data como a festa de São José Obreiro. Dessa forma, o 1º de maio adquiriu, exceto por algumas poucas exceções, um inquestionável caráter de universalidade, convertendo-se na única comemoração no mundo atual que não discrimina fronteiras, raças e religiões.

Paradoxalmente - ou significativamente - não se comemora o 1º de maio nos Estados Unidos e Canadá como o Dia do Trabalho, mas sim como o Dia da Lei (Law Day). Essa comemoração, decretada pelo presidente Eisenhower em 1958, é um produto típico da guerra fria. Não foi feita como um reconhecimento da ilegalidade dos processos dos mártires de Chicago, como se poderia pensar, porém foi instaurada, como afirmara seu propulsor, o advogado Charles Rhyne, presidente da *American Bar Association*, como “oposição do sistema legal livre da democracia americana, frente ao sistema legal de opressão do comunismo soviético.”

Tanto nos Estados Unidos como no Canadá os trabalhadores comemoram seu dia na primeira segunda-feira de setembro (*Labour Day*). A instauração legal da jornada obrigatória de oito horas teve que esperar até 1935, sob a presidência de Franklin D. Roosevelt.

O 1º. DE MAIO NA ARGENTINA

Em nosso país, a celebração do 1º de maio tem mudado de caráter ao longo do tempo. Inicialmente, foi uma oportunidade para as reclamações dos trabalhadores urbanos liderados por dirigentes anarquistas e socialistas, terminando com repressão policial na maioria dos casos. Em março de 1890, por iniciativa de Verein Vorwärts, primeira associação de imigrantes alemães socialistas, formou-se o Comitê Internacional Operário, que organizou logo a primeira comemoração do 1º de maio, no Prado Espanhol. A concorrência não era ainda popular, baseando-se principalmente em trabalhadores imigrantes, a maioria italiana, permitindo que o jornal *La Nación* comentasse que *"havia pouquíssimos argentinos, o que nos alegra muito"*.

Em 1º de maio de 1909, a FORA, entidade anarquista, organizou na Praça Lorea uma concentração de trabalhadores para celebrar a data. Os participantes foram rodeados por forças policiais comandadas pelo Coronel Ramón Falcón, que dispararam suas armas provocando a morte de oito pessoas e ferindo outra centena de pessoas. Os socialistas, por sua vez, haviam se concentrado na praça Constitución e, ao tomarem conhecimento da tragédia, baixaram suas bandeiras e declararam uma semana de greve, que ficou conhecida como "a semana vermelha". Dois meses depois, o anarquista russo Simón Radovitsky assassinou Falcón e seu secretário, arrojando uma bomba na passagem do carro, na esquina de Callao e Quintana. O progressivo desaparecimento dos anarquistas foi deixando a comemoração do Dia dos Trabalhadores nas mãos dos socialistas e, assim, as convocações se fizeram mais pacíficas e com mais sentido nacional, já que os anarquistas rejeitavam toda idéia de nacionalidade. Às bandeiras vermelhas começaram a se somar as bandeiras argentinas. As migrações internas foram mudando o perfil das pessoas presentes nas comemorações do Dia dos Trabalhadores, acentuando ainda mais essa integração dos homens do interior no mundo dos trabalhadores industriais.

Sob as presidências de Perón, as comemorações dos trabalhadores tiveram a marca da época, transformando o 1º de maio em mais uma das festividades próprias do calendário de seu movimento. A sucessão de ditaduras militares e de governos democráticos fracos foi a causa principal de que o Dia dos Trabalhadores não era mais devidamente

lembrado, esvaziando-se cada vez mais seu sentido autêntico, até se transformar em mais um feriado do calendário.

O primeiro projeto de lei de jornada de trabalho de oito horas na Argentina foi apresentado por um legislador socialista Enrique Dell Valle Iberlucea, em 1913, porém somente em 1929 a Lei 11.544 reconheceria esse direito aos trabalhadores. É justo recordar que havia antecedentes legislativos, tais como as leis de Alfredo Palacios, 5291 de 1907, sobre a jornada máxima de oito horas para mulheres e menores de 16 anos; e a Lei 4661, de 1905, a proibição de trabalhar em dia de domingo na Capital Federal; e as leis provinciais de Córdoba e de Mendoza sobre jornada de oito horas, ambas sancionadas vários anos antes que a Lei Nacional 11.544. A Lei 2.805, de Córdoba, legislava para os empregados de comércio e a lei de Mendoza para os trabalhadores do comércio, da indústria e ainda para os agricultores.

O 1º de maio, por sua vez, encontra-se incluído na Lei 21.329 de 1976, sobre Feriados Nacionais e Dias não trabalháveis.

Por isso, vale a pena parar um momento para recordar as origens da comemoração e lembrar com agradecimento todos aqueles que, como os mártires de Chicago, deram o melhor de si para que os homens de hoje pudessem trabalhar em um mundo mais justo.

REFERÊNCIAS

- 1 Chifflet G. 1º de mayo, los mártires de Chicago. Semanário Convicción, 1984
- 2 CXIV Aniversario de la gesta heroica de los Mártires de Chicago. Disponível em: <www.uom.edu.mx/trabajadores.htm>
- 3 Garcia Costa V. Alfredo Palacios-Entre El clavel y la espada. Barcelona: Planeta; 1997.
- 4 Graveyards of Chicago; Forest Home Cemetery: Disponível em: <www.graveyards.com/IL/Cook/foresthme>.
- 5 Sampson R. Governor John Peter Altgeld. Pardons the Haymarket Prisoners. The Illinois Time, 1993; Jul. 22-8.
- 6 Vedoya Juan Carlos. 1 de mayo, ayer y hoy. Todo es Historia 1973; 73: 9-35.
- 7 Werner AF. Alice Hamilton. Salud Ocupacional 1991; 42: 32.
- 8 Fanjul AJ. Alfredo L. Palacios. Salud Ocupacional 1990; 41: 24-5.
- 9 The Dramas of Haymarket, Chicago Historical Society et Northwestern University. Disponível em: <www.chicagos.org/drammas/overview.html>